



CONCEIÇÃO DO CASTELO  
PREFEITURA

1

Estado do Espírito Santo

**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 10/2025**

**ALTERA A LEI MUNICIPAL Nº 509 DE 27 DE MAIO DE 1997 E ALTERA A LEI COMPLEMENTAR 02 DE 30 DE NOVEMBRO DE 1994 E ALTERA A LEI 515 DE 09 E SETEMBRO DE 1994, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**O PREFEITO DE CONCEIÇÃO DO CASTELO, Estado do Espírito Santo**, no uso de suas atribuições legais, Artigo 71 da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara de Conceição do Castelo, no Estado do Espírito Santo, aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

**Art. 1º** - Fica alterado o Artigo 1º da Lei nº 509 de 27 de maio de 1994, que passa a vigor com a seguinte redação:

**"Art. 1º** Fica constituída, nos termos desta Lei complementar a vigilância patrimonial de Conceição do Castelo, como força auxiliar destinada à proteção dos bens, serviços e instalações do Município.

**Parágrafo Único.** A vigilância patrimonial criada no caput deste artigo, fica diretamente subordinada ao gabinete do Prefeito."

**Art. 2º** - Fica alterado o Artigo 2º da Lei nº 509 de 27 de maio de 1994, que passa a vigor com a seguinte redação:

**"Art. 2º** Compete à vigilância patrimonial municipal:

**I - Promover a vigilância no prédio da Prefeitura e de todo o patrimônio público, realizando vigilância diurna e noturna.**

**II - Promover a vigilância diurna e noturna nas áreas e logradouros públicos.**





*III - Promover a defesa do Patrimônio Municipal."*

**Art. 3º** - Fica alterado o Artigo 3º da Lei nº 509 de 27 de maio de 1994, que passa a vigor com a seguinte redação:

*"Art. 3º A vigilância municipal será constituída por vigias municipais devidamente aprovados."*

**Art. 4º** - Fica alterado o Artigo 4º e 5º da Lei nº 509 de 27 de maio de 1994, que passa a vigor com a seguinte redação:

*"Art. 4º A organização do quadro de pessoal da vigilância patrimonial municipal, a criação dos cargos, acesso, direitos, deveres vantagens e regime de trabalho, bem como o provimento dos cargos, serão regulados pelo estatuto dos funcionários públicos e plano de cargos e salários dos servidores municipais a serem implantadas pelo poder público municipal."*

***Art. 5º** O poder público municipal promoverá treinamento específico para os servidores da vigilância patrimonial municipal, com a finalidade de criar e desenvolver mentalidade, hábitos e valores necessários ao digno exercício da função."*

**Art. 5º** - Fica alterado o Anexo II da Lei Municipal nº 02 de 30 de novembro de 1994, passa a vigor com a seguinte redação:

CLASSE	NÍVEL
Vigia Patrimonial	II

**Art. 6º** - O Artigo 13, e parágrafo único, da Lei Municipal nº 515 de 09 e setembro de 1994, passa a vigor com a seguinte redação:





## CONCEIÇÃO DO CASTELO

## PREFEITURA

Estado do Espírito Santo

**Art. 13.** *A Vigilância Patrimonial, constituída nos termos da Lei Complementar, é ligada diretamente ao Gabinete do Prefeito, tendo como âmbito de ação auxiliar a proteção dos bens, serviços e instalações do Município.*

**Parágrafo Único.** *os vigias serão coordenados diretamente pelo Gabinete do Prefeito enquanto não houver disposição em contrário, e desenvolverá suas atividades dentro das diretrizes apontadas no caput deste artigo."*

**Art. 7º** - Ficam revogadas as disposições legais que instituem a Guarda Municipal no Município de Conceição do Castelo, passando a nomenclatura de vigilantes patrimoniais.

**Art. 8º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Conceição do Castelo/ES, em 29 de outubro de 2025.

**VALBER DE VARGAS FERREIRA**

**Prefeito de Conceição do Castelo/ES**







**JUSTIFICATIVA**  
**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº. 10/2025**

**COLEND A CÂMARA,**  
**SENHORES VEREADORES,**

Encaminho à elevada consideração desta Colenda Câmara Municipal o presente Projeto de Lei Complementar, que tem por objetivo adequar a denominação e as atribuições dos servidores atualmente designados como Guardas Municipais, passando-os à condição de Vigias Patrimoniais, em consonância com a realidade funcional e administrativa do Município de Conceição do Castelo.

A medida decorre da necessidade de harmonizar a legislação municipal com as normas e diretrizes federais que tratam da organização, funcionamento e requisitos legais das Guardas Municipais, especialmente a Lei Federal nº 13.022, de 8 de agosto de 2014 (Estatuto Geral das Guardas Municipais).

Referido diploma estabelece exigências estruturais, funcionais e de qualificação específicas para a constituição de uma Guarda Municipal, incluindo a criação de carreira própria, formação em segurança pública, uso de armamento, corregedoria e ouvidoria, dentre outros requisitos que, no contexto de municípios de pequeno porte como o nosso município de Conceição do Castelo, implicariam elevados custos financeiros e estruturais, tornando inviável a sua implementação plena.

Na prática, os servidores atualmente enquadrados como Guardas Municipais não desempenham funções típicas de segurança pública, mas sim atividades voltadas à proteção dos bens, serviços e instalações do Município, características próprias do cargo de Vigia Patrimonial. Dessa forma, a presente alteração visa adequar a nomenclatura e atribuições ao efetivo exercício das funções, promovendo segurança jurídica e administrativa, sem qualquer prejuízo aos direitos dos servidores já investidos nos cargos.





**CONCEIÇÃO DO CASTELO**  
**PREFEITURA**

**Estado do Espírito Santo**

---

Com esta iniciativa, busca-se não apenas o cumprimento de exigências legais e institucionais, mas também a valorização e a clareza das funções públicas desempenhadas, assegurando maior coerência e transparência na gestão do quadro de pessoal do Município.

Diante do exposto, restam evidenciadas as razões de interesse público que justificam a aprovação do presente Projeto de Lei Complementar, motivo pelo qual solicito o apoio e aprovação dos nobres Vereadores para que a proposta possa converter-se em norma municipal.

Conceição do Castelo/ES, 29 de outubro de 2025.

**VALBER DE VARGAS FERREIRA**

Prefeito Municipal



**Processo:** 10540/2025

**Tipo:** Projeto de Lei Complementar Executivo: 10/2025

**Área do Processo:** Legislativa

**Data e Hora:** 11/11/2025 12:25:06

**Procedência:** Valber de Vargas Ferreira - Prefeito Municipal

**Assunto:** Altera a lei municipal nº 509 de 27 de maio de 1997 e altera a lei complementar 02 de 30 de novembro de 1994 e altera a lei 515 de 09 de setembro de 1994, e dá outras providências.

